

RECURSO ESPECIAL Nº 1.759.436 - CE (2018/0201899-2)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **FERNANDO ANTONIO DE CASTRO ALVES**
ADVOGADOS : **JOSÉ MENESCAL DE ANDRADE JUNIOR - CE006018**
: **GIOVANNI PAULO DE VASCONCELOS SILVA - CE008579**
RECORRIDO : **ELIANE ALMEIDA MELLO**
ADVOGADO : **CAMILA CABO MAIA - CE027638**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por FERNANDO ANTONIO DE CASTRO ALVES, com arrimo no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

O acórdão que julgou o recurso de apelação restou assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ERRO MÉDICO. AUSÊNCIA DE NEGLIGÊNCIA OU IMPERÍCIA. NEXO CAUSAL NÃO COMPROVADO. ERRONIA NÃO COMPROVADA. APELAÇÃO IMPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA.

1. A RESPONSABILIDADE POR ERRO MÉDICO EM PROCEDIMENTO DIVERSO DA CIRURGIA PLÁSTICA ESTÉTICA INSERE-SE NO ÂMBITO DA RESPONSABILIDADE SUBJETIVA DO PROFISSIONAL POR ATOS COMISSIVOS OU OMISSIVOS CULPOSOS OU DOLOSOS, QUE TERIAM DECORRIDOS DE NEGLIGÊNCIA, IMPERÍCIA E IMPRUDÊNCIA A OCASIONAR O DANO A TERCEIRO.

2. A CONCLUSÃO DO LAUDO PERICIAL É NO SENTIDO DE QUE A SITUAÇÃO DA AUTORA NÃO É RESULTADO DE NENHUMA FALTA OU DEVER OMITIDO CAPAZ DE CAUSAR A RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL.

3. A INTERVENÇÃO REALIZADA ERA A SOLUÇÃO ADEQUADA AO TRATAMENTO RECOMENDO.

4. A APELADA NÃO FAZ JUS À INDENIZAÇÃO PERSEGUIDA, QUER EM FACE DE DANOS MATERIAIS, QUER EM RELAÇÃO DE DANOS MORAIS OU ESTÉTICOS, NA MEDIDA EM QUE NÃO HOUE ATO ILÍCITO APTO A PRODUZIR A RESPONSABILIZAÇÃO PELO EVENTO CLASSIFICADO COMO DANOSO.

5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO" (e-STJ fls. 546-547).

Os embargos de declaração opostos por ELIANE ALMEIDA MELLO foram acolhidos a fim de anular a sentença, determinando-se a repetição do laudo pericial (e-STJ fls. 569-576).

Confira-se a ementa:

"PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. LAUDO PERICIAL. PERITO SUSPEITO. ERRO MÉDICO. IMPRESCINDIBILIDADE DA PERÍCIA IDÔNEA. ANULAÇÃO DOS ATOS POSTERIORES A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA.

1. A reconhecida suspeição do perito que trabalhou no processo, por sua vinculação profissional com o co-réu, obriga a repetição da perícia. Não é possível considerar inexistente a obrigação de indenizar com base na prova testemunhal, a despeito da suspeição.

2. Recurso conhecido e provido para o fim de anular a sentença prolatada, determinando-se a repetição do laudo pericial" (e-STJ fl. 572).

Os aclaratórios opostos por FERNANDO ANTONIO DE CASTRO ALVES foram rejeitados (e-STJ fls. 590-598).

Seguiu-se a interposição de recursos especiais, autuados nesta Corte sob o nº 1.541.041/CE, tendo sido provido o recurso especial interposto pelo ora recorrente por negativa de prestação jurisdicional (e-STJ fls. 789-791).

Com o retorno dos autos à origem, foi proferido novo julgamento dos aclaratórios opostos por ELIANE ALMEIDA MELLO, mantendo-se incólume a anulação da sentença (e-STJ fls. 846-853).

Quanto aos aclaratórios do ora recorrente, foram julgados prejudicados por perda de objeto (e-STJ fl. 922).

Em sequência, foram opostos novos aclaratórios pelo ora recorrente (e-STJ fls. 938-947) que foram providos para reconhecer a nulidade do julgamento dos embargos anteriores tendo em vista a atribuição de efeitos infringentes sem a prévia intimação da parte adversa.

Confira-se a ementa do julgado:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO JULGADOS COM EFEITOS INFRINGENTES. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA PARTE CONTRÁRIA. RECONHECIMENTO DE VÍCIO INSANÁVEL. NULIDADE DA DECISÃO AQUI EMBARGADA. E nula a decisão que em sede de embargos de declaração modifica o julgamento anterior sem que se faça a intimação da parte embargada para contrarrazoar. A atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração supõe a prévia intimação da contraparte, visto que, sem o contraditório, o respectivo julgamento é nulo. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E PROVIDOS" (e-STJ fl. 957).

Consta dos autos, ainda, acórdão que proferiu novo julgamento dos aclaratórios (e-STJ fls. 923-936), seguido da oposição de mais um recurso de embargos de declaração do ora recorrente, desta vez, questionando a impossibilidade de re julgamento daqueles embargos tendo em vista a existência de decisão anterior que havia julgado prejudicado o recurso (e-STJ fls. 988-990).

Tais embargos de declaração foram rejeitados com a imposição de multa com a seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE ERRO MATERIAL. NÃO ACOLHIMENTO. SUPOSTO TRANSITO EM JULGADO DE DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE Nº 0652234-65.2000.8.06.0001/50001. INEXISTÊNCIA. DECISÃO PROFERIDA NO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE Nº 0652234-65.2000.8.06.0001/50003 QUE RECONHECE VÍCIO ANTE A INEXISTÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA EMBARGADA E DETERMINA O REJULGAMENTO DO RECURSO.

A AUSÊNCIA DE ERRO MATERIAL QUE CARACTERIZA A MÁ-FÉ PROCESSUAL E A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO MERAMENTE PROTELATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA DE 1% (UM POR CENTO) SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA (ART. 1.026, § 2º DO NCPC). EMBARGOS CONHECIDOS E IMPRÓVIDOS" (e-STJ fl. 1.007).

Nas razões do recurso especial ora em julgamento (e-STJ fls. 1.012-1.026), o recorrente aponta violação dos seguintes dispositivos com as respectivas teses:

(i) artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 - porque teria havido negativa de prestação jurisdicional ao deixar o Tribunal de origem de reconhecer a existência de erro material no acórdão embargado;

(ii) artigos 485, inciso IV, 502, 505 e 508 do Código de Processo Civil de 2015 - ao argumento de que o rejulgamento dos embargos de declaração nº 652234-65.2000.8.06.0001/50001 teria ofendido a coisa julgada e

(iii) artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015 - pugnando pelo afastamento da multa imposta nos embargos de declaração.

Com as contrarrazões (e-STJ fls. 1.057-1.061), e admitido o recurso na origem (e-STJ fls. 1063-1065), subiram os autos a esta colenda Corte.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

No tocante à alegada negativa de prestação jurisdicional (artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015), agiu corretamente o Tribunal de origem ao rejeitar os últimos embargos declaratórios por inexistir omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, ficando patente, em verdade, o intuito infringente da irresignação, que objetivava a reforma do julgado por via inadequada.

A propósito:

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO.

1. O artigo 535 do Código de Processo Civil dispõe sobre omissões, obscuridades ou contradições existentes nos julgados. Trata-se, pois, de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que se verifica a existência dos vícios na lei indicados.

2. Afasta-se a violação do art. 535 do CPC quando o decisório está claro e suficientemente fundamentado, decidindo integralmente a controvérsia. (...)"

(AgRg no Ag 1.176.665/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 10/05/2011, DJe 19/05/2011)

"RECURSO ESPECIAL - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - INOCORRÊNCIA (...)

1. Os embargos de declaração consubstanciam-se no instrumento processual destinado à eliminação, do julgado embargado, de contradição, obscuridade ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pelo Tribunal, não se prestando para promover a reapreciação do julgado. (...)"

(REsp 1.134.690/PR, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/02/2011)

Também não escapa o recorrente, ante a oposição de declaratórios de caráter manifestamente protelatório, da imposição da multa de que trata o § 2º do artigo 1.026 do Código de Processo Civil de 2015.

Com efeito, tendo a Corte de origem, vislumbrado o caráter protelatório dos embargos opostos pela agravante, não há falar em ofensa ou negativa de vigência ao mencionado dispositivo legal, mas sim em seu fiel cumprimento, pelo que descabida a irresignação.

Nesse rumo:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS. MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO CPC/2015. DECISÃO MANTIDA.

1. Evidenciado o o caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração, aplicável a multa inserta no art. 1.026, §2º, do CPC/2015. Precedentes.

2. Agravo interno a que se nega provimento".

(AgInt no AREsp 1077763/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 22/11/2017)

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO ORDINÁRIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. FASE DE CONHECIMENTO. REVISÃO DO BENEFÍCIO. CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO. PERÍCIA ATUARIAL. NECESSIDADE. VIABILIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO DO PLANO DE BENEFÍCIOS. PRECEDENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS. IMPOSIÇÃO DE MULTA. ART. 1.026, § 2º, DO NCPC. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

2. Verificado o caráter protelatório dos embargos de declaração, impõe-se a

aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do NCPC.

(...)

5. Agravo interno não provido, com imposição de multa".

(AgInt nos EDcl no REsp 1593633/SE, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 18/04/2017)

Quanto à alegada ofensa à coisa julgada (artigos 485, inciso IV, 502, 505 e 508 do Código de Processo Civil de 2015), da leitura da peça recursal, verifica-se a patente deficiência na fundamentação do recurso especial, pois apesar de apontar os preceitos legais tido por violados, o recorrente não demonstrou de forma clara e precisa, de que modo o acórdão recorrido os teria contrariado.

Ora, do compulsar os autos, resulta cristalina a conclusão no sentido de que o rejugamento dos embargos de declaração nº 652234-65.2000.8.06.0001/50001 foi decorrência lógica do quanto decidido nos embargos de declaração nº 652234-65.2000.8.06.0001/50003, que reconheceu a nulidade do julgamento tendo em vista a atribuição de efeitos infringentes sem a prévia intimação da parte adversa.

Não foi outra a conclusão da Corte local:

"A alegação de ofensa a coisa julgada feita pelo embargante não possui sustentação é que em que pese a decisão monocrática proferida às 80 dos Embargos de Declaração de nº 0652234-65.2000.8.06.0001/50001, verifica-se de houve decisão posterior nos Embargos de Declaração de nº 0652234-65.2000.8.06.0001/50003, no qual se reconheceu vício no julgado e determinou o seu rejugamento. Assim, verifica-se não haver qualquer mácula no julgamento que se guerreia" (e-STJ fl. 1.009).

A deficiência de fundamentação do recurso atrai à hipótese a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"*.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA N. 7/STJ.

1. Aplica-se a Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal quando o recorrente deixa de estabelecer os motivos que fundamentam a alegada negativa de vigência aos dispositivos apontados.

(...)

4. Agravo regimental desprovido". (AgRg no AG 1.018.488/RJ, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe de 02/02/2009).

Ante o exposto, conheço parcialmente do recurso especial e nego-lhe provimento.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 13 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

